

Governadores vão entregar propostas

São Paulo — Convencido do poder de pressão dos governadores até a fase de votação da Constituinte, o governador Orestes Quércia confirmou ontem a possibilidade de um encontro entre seus colegas de outros estados até as proximidades daquela etapa. Segundo ele, a participação dos governadores já se dará nos próximos dias com a entrega ao relator Bernardo Cabral de algumas das propostas a emendas, que têm sido discutidas por telefone.

Algumas questões que já contam com a aprovação da maioria dos governadores, segundo Quércia, dizem respeito ao que classificam de disparidades que precisam ser evitadas, como a proposta que prevê metade do comando aos empregados das empresas públicas ou a paridade dos vencimentos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para o governador de São Paulo a orientação atual, em que se toma como padrão os salários do Executivo, ainda é a ideal.

Os governadores pretendem modificar a proposta de inelegibilidade de prefeitos e governadores. Ainda se depender de sua vontade, a implantação do parlamentarismo nos estados — caso seja aprovada pela Constituinte — ficará na dependência de aprovação por parte de 2/3 das assembleias legislativas.

Também os governadores pretendem interferir na emenda que limita o poder dos estados à simples adequação das respectivas constituições à nova Carta Constitucional. Quércia alega que os estados querem ter o direito de fazer suas próprias constituições.

Os governadores já trocaram idéias por telefone sobre a questão do limite do número de vereadores dos municípios e capitais e também de deputados. Pessoalmente, Quércia é favorável à emenda do PT, que elevaria a bancada de São Paulo a 120 parlamentares. Não acredita, entretanto, em sua aprovação, devendo por isso mesmo insistir na emenda peemedebista pela qual o total de deputados passaria de 60 para 80.

O governador considerou grande avanço do governo federal a criação do piso salarial nacional. Segundo ele, esta é uma reivindicação antiga que vai possibilitar ao governo melhorar o salário mínimo para o trabalhador.

O salário mínimo se manteve achatado porque o aumento significava uma repercussão muito maior na economia em geral. E que o salário era base para outros reajustes, como a Previdência e o aluguel. Agora com o piso, o trabalhador pode ganhar mais, sem que outros setores sejam corrigidos — disse.

Já os pressões sofridas, pelo presidente Sarney, principalmente por parte do PMDB e PFL, Quércia classifica como legítimas.

— Num regime democrático, governar significa também conduzir pressões.

Prazo para emendas vai até quarta

Começa a crescer o movimento na secretaria da Comissão de Sistematização, no Anexo II da Câmara dos Deputados, onde estão sendo recebidas as emendas de iniciativa popular. Até o momento, 26 emendas já foram recebidas mas somente 24 foram aceitas, ou seja, duas delas não obedeciam às exigências do regimento. Uma delas prevê o reconhecimento da medicina natural e a outra prevê a criação da delegacia da defesa dos direitos humanos. Nenhuma das duas emendas conseguiu atingir as 30 mil assinaturas necessárias.

Como as entidades nacionais, cerca de 50, pretendem entregar as emendas oriundas do movimento popular e sindical — unificadamente — amanhã, o movimento na secretaria da comissão ainda é pequeno. O prazo para entrega das emendas populares se encerra no dia 13 às 24 horas.

Para se preencher todos os requisitos necessários para aceitação das emendas, elas devem ser subscritas por no mínimo 30 mil eleitores brasileiros. Ao lado de cada assinatura devem estar todos os dados do eleitor. Cada emenda deverá ser subscrita por três entidades devidamente registradas, não havendo restrições ao número de emendas a serem subscritas pelas entidades.

BETH MUNHOZ



Longas filas se formaram na torre de TV para assinar a emenda

Sessão plenária não motiva constituintes

A sessão extraordinária de ontem da Constituinte repetiu o mesmo ritual monótono das sessões semanais dedicadas ao debate constitucional sem determinação prévia do tema, esvaziando ainda mais nos ensolarados finais de semana. Entre 9h e 12h40, os oito oradores que passaram pela tribuna forma ouvidos por menos de 20 constituintes, além dos taquígrafos e segurancas encarregados de guardar as galerias vazias.

O deputado Ulysses Guimarães chegou às 11h30 e foi embora às 12h05, mas não assumiu a presidência da sessão, a cargo do senador Mário Maia (PDT-AC). O "monótono pinga-fogo de quatro horas", como estas sessões já foram apelidadas pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), ontem teve cenas para todos os gostos: da eloquência do deputado Wilson de Souza (PMDB-SC) ao defender o parlamentarismo como melhor forma de governo aos devaneios filosóficos de Ivo Lech (PMDB-RS) quando defendeu a importância de valorização, no texto constitucional, da vida humana.

Ivo Lech lembrou que o maior seguro por morte em acidentes é o pago hoje pelas empresas aéreas, no valor de 200 salários mínimos, para concluir, num raciocínio surpreendente: "Se o valor da vida é de 200 salários mínimos, como calcular o valor das des-

propriações feitas pelo Estado?"

O pronunciamento de Lech foi "abrilhantado" pelo aparte do deputado Ruy Nedel (PMDB-RS), que disse, entre outras pérolas: "Belo é o esplendor da verdade, e a vida só será bela se ela for verdadeira". Antes do discurso de Ivo Lech, o senador José Fogaça (PMDB-RS) fez uma análise do momento político que o País atravessa, lamentando que as lideranças teoricamente responsáveis pela "transição" não tenham conseguido sequer firmar, no início do Governo, um calendário político.

Fogaça criticou o presidente José Sarney por acreditar que ele se considerava no governo de uma nova ordem estabelecida, e não um governo de transição, e denunciou a improvisação política reinante. "Não há nenhuma estratégia traçada a não ser a estratégia emergencial, do dia-a-dia. E que Deus olhe por nós, porque se não olhar, o Brasil vai para o brejo".

O deputado Wilson de Souza, ao defender o parlamentarismo, destacou-se pela desenvoltura com que falou, de improviso, fazendo longas citações de Aristóteles, Spinoza e Maquiavel. Wilson de Souza apontou como principal falha do presidencialismo a concentração excessiva de poderes num homem só, e foi contestado pelos deputados

Virgílio Guimarães (PT-MG) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), cujos partidos defendem o presidencialismo.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) criticou a cobrança "abusiva" de juros, tanto no plano interno como externo. "O sistema bancário brasileiro hoje é cartorial e oligopolista. O Banco Central não fiscaliza nada, só tem escândalos", disse Gasparian.

Ele apontou como avanços conseguidos na subcomissão do Sistema Financeiro a extinção da carta patente, que na sua opinião vai evitar a falta de competição entre os bancos, e a proibição de que o Banco Central continue financiando as "aventuras financeiras do País", já que é o responsável pelo pagamento das poupanças dos pequenos poupadores em bancos particulares que quebram. De acordo com o texto do projeto, esta poupança passará a ser paga por um fundo de seguro sustentado por todo o sistema bancário.

O deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), último a falar, defendeu a anistia dos marinheiros cassados e criticou a decisão do presidente José Sarney de anistiar os envolvidos no apedrejamento do ônibus presidencial no Rio de Janeiro. "Foi um ato de inequívoca demagogia, embora cheio de esperteza política", classificou Maciel.

GIVALDO BARBOSA



No domingo de manhã, o mesmo ritual: debates não atraem atenção

Paranormalidade toma a torre

Emenda que libera tratamento espiritual teve muitas adesões

Um artigo na nova Carta que garante o exercício e a prática da assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente. Com esta proposta, a equipe de produção do programa 3ª Visão, da Rede Bandeirantes, que vai ao ar todas as sextas-feiras, às 22h20, relatando o trabalho de curandeiros, médiuns e paranormais, esteve ontem durante todo o dia na Torre de TV, com o objetivo de colher assinaturas para a Assembleia Nacional Constituinte.

Como a feira de artesanato possui grande movimentação, outras emendas concorreram em busca de assinaturas — a que reivindica verbas da Educação somente para o ensino público e a dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, era contrastante o número de interessados, que formavam longas filas para participar daquela que legaliza a assistência e tratamento espiritual.

Sempre com uma história para contar, alguns de outras religiões, mas a maioria espírita, os assinantes eram unânimes em afirmar que existe uma forte discriminação por parte de alguns segmentos

da sociedade, principalmente pelo Governo, contra o trabalho dos curandeiros, médiuns, benzedeiros e paranormais. "A prática é ilegal, mas a atuação dessas pessoas é louvável, desde que estas não cobrem por seus serviços. Tenho certeza que a comunidade aprova este procedimento", disse Silvia Maria Leite, 30 anos, estudante, moradora do Lago Sul. Ela é espírita e garante que todos os membros de sua religião defendem esta proposta, "pois tratam-se de fenômenos diferentes, que podem ser explicados pelo Espiritismo".

A economista Lara Braga, 57 anos, residente na Asa Sul, tem seus motivos para defender a legalização da assistência e tratamento espiritual. "Fui curada três vezes desta maneira. A primeira vez, foi em decorrência de uma flebite na perna direita. O médico disse que eu iria perder minha perna em 15 dias. Me tratei então com Bartolo Damo, de Palmelo, Goiás, e hoje não tenho mais problemas".

Para o oficial reformado da Aeronáutica, Lauro Peixoto Valença, 62 anos, que

mora na Asa Sul, "as autoridades não compreendem a importância e a profundidade deste tipo de tratamento". Espírita há 31 anos, foi curado de um problema no sistema nervoso, através de um curandeiro.

João Bosco de Mambro, 42 anos, funcionário público residente na Asa Sul, não é espírita e nunca recebeu nenhum tipo de assistência espiritual. Entretanto, assiste regularmente ao programa 3ª Visão e imagina "o quanto as pessoas que realizam um trabalho fora dos parâmetros considerados legais são discriminadas e perseguidas". Ele acha que "todos têm o direito de exercer suas atividades, desde que não prejudiquem ninguém".

A medium Zenilde Pinheiro de Oliveira, 38 anos, residente em Taguatinga, disse ter esperanças de que os trabalhos relativos à mediunidade e ao espiritismo serão reconhecidos na Constituinte. "É importante que os cidadãos se interessem por esse assunto, pois todos podem precisar, um dia, procurar outros meios de tratamento, já que nem tudo é explicado pela Medicina tradicional".



Vasco Alves

Constituição é discutida em Vitória

Vitória — O deputado Vasco Alves (PMDB-ES) é o coordenador do encontro suprapartidário que está sendo realizado no Colégio do Carmo, em Vitória, com representantes de movimentos organizados para um estudo sobre o projeto da Constituição. No período da manhã foram realizadas palestras dos deputados Vasco Alves, Nelson Aguiar (PMDB-ES), Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), Rose de Freitas (PMDB-ES), José Carlos Sabóia (PMDB-AM), e Vitor Bualiz (PT-ES). Os parlamentares abordaram os temas principais das subcomissões onde atuaram, e por unanimidade defenderam a participação popular na elaboração da nova Carta.

No período da tarde os participantes do encontro, divididos em 10 grupos de estudo, estiveram reunidos para analisar os artigos do projeto e apresentarem suas conclusões. Os temas dos grupos são, entre outros, participação popular e garantias individuais, parlamentarismo ou presidencialismo, reforma agrária, reforma urbana (direito à moradia), transporte coletivo e empresa nacional. As conclusões do encontro serão apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte.

Vanucci defende com a alma

Um dos mais ferrenhos defensores da aprovação da emenda que garante o tratamento e a assistência espiritual como artigo da nova Constituição é o diretor do programa 3ª Visão, Augusto César Vanucci. "Quem nunca teve, em sua família, um caso de cura através do trabalho de um benzedeiro, por exemplo?", perguntou. Para ele, o mediumismo e a paranormalidade "transcendem à religião como um todo". A não legalidade deste ti-

po de trabalho acaba por provocar um certo desconforto até mesmo dentro do programa. "Desde que este começou, temos mostrado diversos médiuns, como o Edson Queiroz e o Waldemar de Leme. Contudo, devido às constantes perseguições, que culminam até com cadeia, muitos se esquivam de aparecer na televisão, temendo represálias".

Augusto César Vanucci é espírita e se considera "um dos beneficiados pela assistência espiritual". Contou

que, quando garoto, sentia fortes dores abdominais, que foram diagnosticadas por apendicite. Alguns dias antes de sua operação, um médium do Centro que seu pai frequentava em Uberaba, Minas Gerais, disse a ele que seu filho, Vanucci, estava com problemas de infiltração pulmonar, não sendo necessária, portanto, a retirada do apêndice. "Meu médico, ao tomar conhecimento, tirou uma chapa de meu pulmão e verificou que o médium estava certo".